

**DUAS COMISSÕES** devem assinar relatório com tudo o que foi apurado sobre parlamentares

**GRUPO DE TRABALHO** formado pelos presidentes e relatores terá reuniões às segundas-feiras

**AÇÃO DE RENAN** pela integração das atividades das CPIs recebe elogios de vários senadores

## CPIs TRABALHAM EM CONJUNTO



José Cruz

**ENTENDIMENTO** Da esquerda para a direita, Delcídio, Serraglio, Amir Lando, Renan, Efraim, Garibaldi e Abi-Ackel: discussão do novo esquema de trabalho

As CPIs dos Correios, dos Bingos e do Mensalão vão trabalhar em conjunto. O primeiro resultado desse esforço integrado está previsto para amanhã, quando deve ser apresentado o relatório – subscrito pelas comissões dos Correios e do Mensalão – com as investigações que envolvem parlamentares. O novo esquema de atividades foi definido pelos dirigentes das CPIs em reunião ontem de manhã com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Página 3

### Normas para o trabalho de adolescentes

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou, ontem, parecer favorável a projeto de lei do senador Gerson Camata que regula o trabalho do adolescente.

Página 8

### Linha gratuita para reclamações nas empresas

As empresas podem ser obrigadas a manter linha gratuita para reclamações dos consumidores. Projeto nesse sentido foi aprovado por comissão do Senado.

Página 2

### Pais adotantes podem ter licença

O Plenário concluiu a votação, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que estende o benefício da licença-maternidade às trabalhadoras que adotarem crianças. Por unanimidade, os senadores acolheram emenda de Aloizio Mercadante que assegura a licença também ao pai adotivo. A proposta, de autoria de Maria do Carmo Alves, volta à CCJ para redação final antes de ser votada em segundo turno.

Página 5

### Permanência no serviço até 75 anos

O limite de idade para permanência no serviço público pode ser aumentado de 70 para 75 anos. O Plenário aprovou ontem, em segundo turno, proposta que muda as regras para a aposentadoria compulsória. Todos os partidos encaminharam votação a favor da matéria. A PEC, cujo primeiro signatário é o senador Pedro Simon, segue agora para a Câmara dos Deputados, onde passará por dois turnos de votação.

Página 5



Moreira/Motiz

**INCENTIVO** Senadores aprovam estímulo à adoção e à permanência no serviço público federal, além de indicações de diplomatas para diversas embaixadas



# Agenda

## Em pauta, vetos e aposentadoria

Está marcada para as 11h sessão conjunta do Congresso Nacional que tem como objetivo examinar 498 vetos presidenciais. Entre eles, o que reajusta em 15% os

salários do Legislativo. No Senado, a sessão deliberativa começa às 14h, quando o Plenário deverá votar o projeto que cria a Agência Nacional de Aviação Civil. A

sessão de amanhã é deliberativa e começa às 14h. Na pauta, projeto de lei que inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias.

## Três ministros no Senado



O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, vai discutir, às 9h, a política externa brasileira na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Às 9h30, os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, participam de reunião conjunta das comissões de Desenvolvimento Regional (CDR) e de Agricultura (CRA). Eles falam sobre exploração sustentável da Amazônia.

## CPI do Mensalão ouve dirigentes de fundos de pensão

A CPI do Mensalão vai ouvir hoje, a partir das 11h30, os presidentes de três fundos de pensão: Guilherme Narciso de Lacerda, da Funcef; Sérgio Ricardo Silva Rosa, da Previ; e Wagner Pinheiro de Oliveira,

da Petros. Sobre os fundos, recaem as suspeitas de beneficiarem os investimentos nos bancos que concederam os empréstimos milionários ao publicitário Marcos Valério.

## Benefícios a doentes hepáticos

As propostas em tramitação no Congresso sobre incentivos aos portadores das modalidades mais críticas da hepatite serão discutidas pela Subcomissão da Saúde, às 9h30. Entre os convidados,

estão os presidentes do Grupo de Apoio aos Portadores de Hepatite Crônica, Epaminondas Campos, e da Sociedade Brasileira de Hepatologia, Edna Strauss.



## CPI dos Bingos

Às 11h30, a CPI dos Bingos toma o depoimento de Juscelino Dourado, chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na sala 3 da Ala Alexandre Costa.

## CPI dos Correios

Às 11h, a CPI dos Correios ouve dirigentes das empresas Guaranhuns e Bônus-Banval, que teriam repassado recursos de Marcos Valério ao PL e ao PP, respectivamente. Prestarão depoimento José Carlos Batista, Enivaldo Quadrado, Breno Fischberg e Luiz Carlos Mazano.

## Cadastro positivo

Às 9h30, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se para votar, entre outras matérias, proposta que dispõe sobre a formação de cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito. O colegiado analisa também duas propostas que alteram o Código de Processo Civil.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Lara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 3311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Para reclamar, usuário poderá ter linha gratuita

Projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) obriga as empresas a colocarem linha telefônica gratuita disponível aos consumidores para que possam fazer reclamações ou solicitem informações sobre produtos ou serviços adquiridos (PLS 219/04).

O autor lembra que muitas empresas passaram a cobrar pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) após converterem suas linhas 0800, que são gratuitas, para o serviço 0300, cujas ligações são pagas por quem realiza a chamada. O relator, senador César Borges (PFL-BA), salientou que, como o ônus das ligações telefônicas recai integralmente sobre o consumidor, não há incentivo para que o atendimento ocorra de forma eficiente. Na opinião



**ESPERTEZA** Rodolpho Tourinho argumenta que muitas empresas trocam linhas 0800 pelas 0300

do relator, o alto custo das chamadas também desestimula o registro de reclamações e a busca por esclarecimentos.

O consumidor será beneficiado com outro projeto aprovado ontem pela CMA, também em decisão terminativa. É o PLS 191/05, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que considera prática abusiva a oferta ou a comercialização de produtos ou serviços pelo mesmo preço nas vendas à vista e a prazo.

## Atendimento sem publicidade

Empresas poderão ser proibidas de veicular publicidade enquanto o consumidor aguarda atendimento ao telefone. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta (PLS 31/05) é de autoria do senador licenciado João Alberto Souza (PMDB-MA).

Conforme o autor, a iniciativa visa proibir a publicidade de bens ou serviços por telefone quando a chamada tiver sido feita pelo consumidor. Segundo João Alberto, trata-se de prática abusiva que contribui para piorar a qualidade do atendimento por telefone.

## Aprovado medidor de consumo

A Comissão de Serviços de Infra-estrutura (CI) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei que obriga as operadoras de telefonia a instalarem aparelho medidor de consumo no serviço telefônico fixo comutado e no serviço móvel celular (PLS 39/02), conforme substitutivo apresentado pelo relator da matéria, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). A proposição, de autoria do então senador Arlindo Porto, recebeu decisão terminativa.

O substitutivo inclui inciso ao artigo 3º da Lei 9.472/97, que trata da organização dos serviços de telecomunicações, para determinar que o sistema de medição permitirá a verificação do consumo independentemente dos documentos de cobrança apresentados pelas operadoras. A proposta dispõe ainda que a instalação do medidor não será gratuita e que as empresas terão prazo de 180 dias para ajustarem-se à lei, a partir da expedição de normas técnicas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que definirá as punições aos infratores.

Tourinho destacou que a proposta original continha impropriedade técnica, uma vez que a tarifação das chamadas originadas em terminais móveis é feita por minutos, e não por meio de pulsos. Segundo ele, algumas operadoras de telefonia fixa já não utilizam o sistema de pulsos, e os contratos de concessão que deverão vigorar a partir de 2006 determinam a cobrança por minuto.





Reunião do comando das CPIs com presidente do Senado deve agilizar atividades; comissões dos Correios e do Mensalão analisam amanhã relatório conjunto; Demostenes Torres e Antonio Carlos cobram punição de deputados envolvidos



**AVALIAÇÃO** Antonio Carlos Magalhães adverte deputados para que estejam vigilantes

## Antonio Carlos faz apelo contra "operação abafa"

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apelou a Renan Calheiros para que não permita uma "operação abafa" que evite a cassação dos deputados denunciados por corrupção nas CPIs.

O senador advertiu os deputados para que exerçam vigilância sobre o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que teria insinuado que não iria punir ninguém. Para Antonio Carlos, a opinião de Severino não dignifica aquela Casa.



**RISCO** Demostenes Torres quer evitar preservação de mandatos de "delinquentes políticos"

## Demostenes diz que Severino lidera "acordão"

Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou ontem que Severino Cavalcanti lidera um "acordão" para impedir a cassação do mandato de deputados acusados de receber dinheiro das contas de Marcos Valério.

– Ele lidera o tal acordão para salvar o mandato de delinquentes políticos e trazer para a vala comum todos os homens públicos. Ao preservar os envolvidos, Severino imagina manter toda a classe política refém da sua boa-vontade e ainda ampliar os domínios na combalida governadoria do PT.

# CPIs unem esforços para dar mais eficiência aos trabalhos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e os presidentes e relatores das CPIs dos Correios, dos Bingos e do Mensalão decidiram criar um fórum que denominaram de "instância de convergência", para dar maior eficácia às atividades. Trata-se de um grupo de trabalho formado pelos presidentes e relatores das três comissões, que irá reunir-se todas as segundas-feiras para trocar informações. Eles acreditam que dessa maneira poderão fazer com que as atividades sejam concluídas no prazo estipulado.

Ao final da reunião, Renan Calheiros anunciou que foi definida também a instituição de um banco de dados comum, com todas as informações colhidas nas investigações. O horário das reuniões das CPIs passará das 11h30 para as 10h, com o aproveitamento das segundas e sextas-feiras.

– Aqui no Senado ninguém nunca ouviu falar em *pizza* e nem vai ouvir falar – disse.



**AVANÇO** Renan (C) dirige reunião com presidentes e relatores das CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos

Outra inovação é a prioridade na análise de documentos. Adiantou que, quando houver um depoimento que seja de interesse de mais de uma CPI, esse poderá ser realizado em reunião conjunta. Caso isso não possa ser feito, a instância de convergência fará um planejamento mínimo para que, mesmo o depoente sendo ouvido em apenas uma comissão, o interrogatório possa atender aos interesses das outras CPIs.

### Relatório

Na mesma reunião, os presidentes das CPIs do Mensalão e dos Correios, Amir Lando (PMDB-RO) e Delcídio Amaral (PT-MS), resolveram que o relatório parcial pertinente às investigações envolvendo parlamentares será elaborado conjuntamente pelos respectivos relatores, deputados Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG) e Osmar Serraglio (PMDB-PR). Esse relatório será apreciado em

reunião conjunta das duas comissões, amanhã, às 15h. Uma vez aprovado, disse Renan, será dirigido ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, sem prejuízo da continuidade das investigações sob responsabilidade da CPI do Mensalão.

Também participaram da reunião o presidente e o relator da CPI dos Bingos, senadores Efraim Moraes (PFL-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), respectivamente.

## Senadores elogiam atitude de Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou em Plenário que a reunião promovida ontem com os presidentes e relatores das CPIs já proporcionou resultados positivos. A apresentação de relatório conjunto com os primeiros resultados das investigações que envolvam parlamentares, decidida pelos presidentes das CPIs dos Correios e do Mensalão, segundo Renan, pode ser considerado um primeiro resultado concreto do encontro.

O senador informou também que cobrará pessoalmente das instituições financeiras, da Anatel, do Ministério Público e da Receita Federal documentos e informações solicitados pelas CPIs. Ele disse ainda que colocará à disposição dos trabalhos das comissões todo apoio administrativo e humano da Casa, podendo inclusive contratar auditores externos

especialistas em análise de documentos.

José Agripino (PFL-RN) elogiou a postura de Renan, ao apoiar as investigações das comissões, e criticou as declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, ao jornal *Folha de S. Paulo*, segundo as quais não acredita na existência do "mensalão".

– Trata-se de um prejulgamento inconveniente e intempestivo, de autoridade que teria de agir como magistrado e jamais poderia falar o que falou. O Congresso Nacional tem de ser isento, colaborador, oferecer os meios para que as investigações aconteçam de forma isenta – disse Agripino.

### Rapidez

Os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Ney Suassuna (PMDB-PB), Osmar Dias (PDT-PR), Sibá Machado (PT-AC), Romeu Tuma (PFL-SP) e João

Capiberibe (PSB-AP) também cumprimentaram Renan pelas decisões adotadas para que as CPIs funcionem melhor e com mais rapidez.

Sibá Machado defendeu maior embasamento técnico na indicação dos parlamentares que estariam envolvidos nos escândalos. Romeu Tuma afirmou que as Casas garantirão aos eventuais acusados o instituto da ampla defesa.

Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou a postura de Renan Calheiros na condução do Poder Legislativo em meio à crise política. Ressaltou que Renan compreende que o país está mergulhado em denúncias de corrupção, mas não abre mão de que a lei seja cumprida e o Senado, respeitado.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) aplaudiu a decisão de Renan de estabelecer um critério de conexão de atividades para agilizar as apurações das CPIs.

## Relatório conjunto anima Serraglio

O relatório conjunto a ser apresentado amanhã pelas CPIs dos Correios e do Mensalão é uma forma de o Parlamento demonstrar à sociedade que as denúncias não serão abafadas. A avaliação é do relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR). O parecer conjunto será submetido aos votos dos integrantes das duas comissões.

– É a demonstração cabal de que ninguém quer abafar nada – disse.

Serraglio afirmou acreditar que a postura do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti – que pretendia enviar o relatório para a Corregedoria da Casa e não para o Conselho de Ética –, agora muda com o relatório respaldado por duas CPIs.





CPI dos Bingos quer esclarecer suposto pagamento de empréstimo feito por Lula; Gianelli diz que não intermediou contratação de Buratti para atuar junto à Caixa; sócio da Guaranhuns teme ser assassinado; brigadeiro nega favorecimento a empresa

# CPI aprova convocação de Okamoto

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que funciona no âmbito do Senado Federal, aprovou ontem a convocação de Paulo Okamoto, diretor-presidente do Sebrae, para prestar depoimento perante o colegiado. Conforme o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), autor do requerimento, a presença de Okamoto se faz necessária para esclarecer as denúncias de que ele, que teria participado ativamente da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva

à Presidência da República, pagou empréstimo pessoal do presidente.

Também foi aprovada, por requerimento do relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a convocação de Wladimir Poletto, ex-chefe de controle interno da prefeitura de Ribeirão Preto (SP). O parlamentar esclarece que o objetivo dessa convocação é esclarecer indícios de tráfico de influência por parte de Poletto para beneficiar empresas e apurar conexões entre ele, o

advogado Rogério Buratti – que foi secretário de Governo da prefeitura daquele município, na gestão de Antonio Palocci – e Ralf Barquete, ex-secretário da Fazenda da cidade.

Um terceiro requerimento acolhido pela comissão parlamentar de inquérito, de autoria do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AL), solicita documentos de auditoria ou outro procedimento administrativo sobre o contrato em vigor da empresa Gtech com a Caixa Econômica Federal. Outro re-

querimento aprovado, também de iniciativa do senador, pede que a empresa Leão & Leão informe o nome do responsável financeiro pela empresa, denunciada por supostamente ter destinado aproximadamente R\$ 50 mil, por mês, à prefeitura de Ribeirão Preto.

Mesquita Júnior destacou que as informações sobre o contrato entre a Caixa e a Gtech devem passar por detalhada análise para elucidar os fatos citados nos depoimentos tomados até o momento.



Jane Araújo

**INDÍCIOS** Alvaro Dias menciona documentos que atestam a remessa de dinheiro para o exterior

## Alvaro Dias: já existem provas para cassação

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou em Plenário ontem que as CPIs já têm as provas documentais e os depoimentos essenciais para a cassação dos mandatos de deputados por quebra de decoro parlamentar. Como exemplo de tais provas, ele mencionou documentos que atestam a remessa ilegal de recursos financeiros para o exterior e comprovam a lavagem de dinheiro, além de comprovantes de saques em caixas do Banco Rural.

## Serys: revista Veja demonstra leviandade

Serys Slhessarenko (PT-MT) fez duras críticas à revista *Veja* devido às reportagens que ela vem publicando. Para a senadora, a revista “tem demonstrado leviandade e vem se desacreditando aos olhos de tantos quantos têm um mínimo de compostura neste país”.

– Que moral tem essa revista para cobrar ética? *Veja* mostra um jornalismo comprometido com interesses sórdidos. Tenta criar um clima de golpe contra o presidente Lula – acusou.



Rosevelt Pinheiro

**ACUSAÇÃO** Para Serys Slhessarenko, a revista *Veja* pratica um jornalismo baseado em interesses sórdidos



**INTERROGATÓRIO** Enrico Gianelli (segundo à esquerda, ao lado de Efraim Moraes e Garibaldi Alves Filho) presta depoimento à CPI dos Bingos

## Gianelli nega participação em pagamento de propina

O advogado Enrico Gianelli, que prestava serviços à multinacional Gtech, negou ontem, ao depor na CPI dos Bingos, ter participado do pagamento de qualquer tipo de propina “ou vantagem indevida” a Rogério Buratti, na renovação do contrato entre a Gtech e a Caixa Econômica Federal.

Gianelli é acusado de ser o principal intermediário no suposto processo de contratação de Buratti para atuar, em nome da Gtech, perante a Caixa, na renovação de contrato de R\$ 260 milhões anuais. No depoimento, ele entrou em contra-

dição, conforme observaram integrantes da CPI.

Enrico Gianelli negou também que tenha participado de qualquer tipo de “extorsão ou de achaque” contra a empresa para que o contrato fosse renovado em abril de 2003. Em depoimento à CPI, Antonio Carlos Lino da Rocha, ex-presidente da Gtech, e Marcelo Rovai, diretor de Marketing da empresa, garantiram que Buratti, a mando de Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República, teria exigido propina à Gtech no valor de R\$ 6 milhões.

## Para parlamentares, sócio da Guaranhuns pode ser "laranja"

O empresário José Carlos Batista, sócio da empresa Guaranhuns, tem 15 dias para esclarecer a operação de captação de certificados de participação em reflorestamento que realizou para o empresário Marcos Valério. Em depoimento à CPI do Mensalão ontem, ele relacionou a essa operação os R\$ 4 milhões que disse ter recebido da agência SMP&B a título de pagamento por ter realizado a operação. Esse é o mesmo valor que foi repassado ao presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

Dados da quebra de sigilo bancário das contas de Valério

apontam, no entanto, que os repasses feitos para a Guaranhuns foram de mais de R\$ 6 milhões – não apenas R\$ 4 milhões, como Batista vinha afirmando.

O empresário reconheceu que detém 1% do capital da Guaranhuns, e que os outros 99% pertencem à Esfort Trading, empresa uruguaia da qual também é sócio e presidente. Os parlamentares suspeitam de que ele seja apenas um “laranja”.

Batista disse ter sido amigo do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em 2002, e que teme terminar seus dias como ele.



**TEMOR** José Carlos Batista, ao microfone, disse ter medo de acabar como o ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, torturado e assassinado em 2002

## Brigadeiro contesta favorecimento a empresa em concorrência

O brigadeiro Venâncio Grossi negou ontem à Subcomissão de Contratos da CPI dos Correios que tenha favorecido a empresa Promodal em concorrência de transporte aéreo realizada pela

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em 2003. Grossi era consultor da GPT, empresa que criou a Promodal, quando foi contratado para prestar consultoria aos Correios, em 2003.

Ele disse inicialmente que havia imposto uma “quarentena” de cinco meses entre uma consultoria e outra. Depois, admitiu que elas foram paralelas.

A denúncia contra Grossi foi

feita pela Skymaster, outra empresa que participou da concorrência. Segundo ela, a Promodal pagou despesas do brigadeiro quando ele esteve em Brasília a serviço dos Correios.



## Congresso pode decidir hoje veto a reajuste do Legislativo

O Congresso reúne-se hoje, às 11h, no Plenário da Câmara, para examinar 498 vetos que o presidente da República fez a 84 projetos aprovados pelos deputados e senadores. Para votação, os parlamentares recebem uma listagem com os vetos, assinalando sim ou não. A seguir, as listagens são recolhidas e técnicos do Congresso, com apoio do Serviço de Processamento de Dados do Senado, fazem a contagem. O resultado pode demorar até três dias para ser conhecido.

Na sessão de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, fez um apelo aos líderes para que cheguem a um acordo sobre os vetos. Ele informou

que, sem acordo, cada um poderá ter votação separada. Alguns parlamentares ameaçam obstruir a sessão, exigindo que sejam lidos requerimentos que criam novas CPMIs.

O líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), anunciou que pretende reunir sua bancada antes da sessão para tomar uma posição sobre os vetos, inclusive o que trata do reajuste de 15% dos funcionários do Legislativo. O senador Paulo Octávio (PFL-DF), que já manifestou apoio à derrubada do veto, disse que a decisão do presidente da República afeta os salários de 30 mil famílias, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

### Subcomissão vai investigar denúncias contra o IRB

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar possíveis práticas de corrupção no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) não será instalada formalmente. Ela será incorporada, na forma de subcomissão, à CPI dos Correios e contará com uma sub-relatoria, coordenada por um deputado federal. A decisão foi acertada ontem em reunião de líderes partidários com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Os líderes decidiram ainda que na sessão do Congresso convocada para hoje será votada pelo menos a derrubada do veto presidencial ao reajus-

te salarial de 15% aos servidores do Senado Federal, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União (TCU). Estão na pauta do Congresso para serem apreciados 498 vetos presidenciais, referentes a 84 projetos de lei.

Os parlamentares deverão aprovar ainda, a pedido do vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, crédito suplementar no valor aproximado de R\$ 600 milhões. Os recursos serão destinados aos ministérios da Defesa e da Aeronáutica para o cumprimento de cláusulas contratuais do Projeto Sivam.

### Depoente critica Incra e defende redução de reservas

Durante depoimento na CPI da Terra, o diretor-presidente do Instituto de Terras do Amapá (Terrap), Antônio Feijão, afirmou que “o maior problema do Amapá é a falta de domínio substantivo do seu espaço econômico”. Segundo ele, cerca de 65% do território do estado estão reservados para preservação ambiental ou para as sociedades indígenas. A declaração foi uma resposta às acusações de grilagem apresentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Amapá em audiência pública no Senado na última segunda-feira.

– Sem o domínio de nossos

recursos naturais não existirá planejamento estratégico – questionou Feijão.

O relator da CPI, deputado João Alfredo (PT-CE), contestou Antônio Feijão, ressaltando que “não é correto dizer que as áreas destinadas à preservação ambiental não podem servir para a produção”.

– Uma reserva extrativista, por exemplo, como seu próprio nome indica, tem destinação produtiva. As áreas em que há projetos de desenvolvimento sustentável são outro exemplo. E isso não significa que sejam áreas intocáveis, mas locais onde a sustentabilidade se impõe – argumentou.



APOIO Plenário deverá votar em segundo turno PEC enviada à Comissão de Constituição e Justiça para redação final

## Licença para adotantes passa em primeiro turno

■ Plenário acolhe por unanimidade emenda de Mercadante que estende benefício ao pai adotivo

O Plenário do Senado concluiu a votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 31/00) da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que estende o benefício da licença-maternidade às trabalhadoras que adotarem crianças. Na sessão de ontem, foi acolhida por unanimidade a Emenda nº 1 – CCJ (da Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania) à PEC, oriunda de voto em separado do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que garante a extensão de licença-paternidade ao pai adotivo. A matéria volta à CCJ para redação final antes de ser votada em segundo turno.

Mercadante elogiou a iniciativa de Maria do Carmo, que deverá, na sua opinião, estimular a adoção no país. O petista observou que a concessão de licença-maternidade de 30 a 120 dias à mãe adotiva é fundamental para estreitar os vínculos afetivos e facilitar o processo de adaptação da

família à nova realidade.

Outros senadores também parabenizaram a autora da PEC e Mercadante pela ampliação desses direitos. Manifestaram-se Demostenes Torres (PFL-GO), Ney Suassuna (PMDB-PB), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Sibá Machado (PT-AC), Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), Magno Malta (PL-ES), José Jorge (PFL-PE), Patrícia Saboya (sem partido-CE), Heloísa Helena (PSOL-AL), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO), João Capiberibe (PSB-AP), José Agripino (PFL-RN) e o presidente do Senado, Renan Calheiros.

### Aprovado acordo para a proteção de vegetais

Tramitando em regime de urgência, foi aprovado pelo Plenário projeto de decreto legislativo (PDL 345/05) que acata o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Vegetais, celebrado na 29ª Conferência da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) da Organização das Nações Unidas. O acordo foi concluído em 17 de novembro de 1997.

A urgência foi requerida pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele argumentou que o Brasil vai participar de conferência internacional sobre o tema e poderia perder os benefícios propiciados pelo acordo, caso não fosse aprovado pelo Senado. A matéria vai à promulgação.

### Compulsória aos 75 anos será examinada na Câmara

Com 57 votos favoráveis, o Senado Federal aprovou ontem, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03) que aumenta de 70 para 75 anos a idade máxima para o exercício do serviço público e, portanto, da aposentadoria compulsória, na forma de lei complementar. A PEC, cujo primeiro signatá-

rio é o senador Pedro Simon (PMDB-RS), segue agora para a Câmara. Se aprovada, vai à promulgação.

A PEC exclui os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU) da exigência de regulamentação da proposta por lei complementar.

### Escolhidos novos embaixadores

O Plenário aprovou ontem mensagem presidencial indicando os nomes dos diplomatas Luciano Osório Rosa para o cargo de embaixador do Brasil na Líbia e em Malta; de Luís Sérgio Gama Figueira para o mesmo cargo na Finlândia e Estônia; e o de Isnar Penha Brasil Júnior para a Arábia Saudita, Omã e Iêmen.

Também foi aprovada proposta

de emenda à Constituição (PEC 87/03) de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que beneficia várias classes de servidores públicos civis do ex-território federal de Rondônia, como policiais civis e profissionais das áreas de educação e saúde, que passarão a ter seus salários pagos pelo Executivo federal. A proposta teve 60 votos favoráveis e um contrário.



## Jucá quer terras regularizadas



Romero Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu ontem a regularização de terras em Roraima. Segundo ele, "é chegado o momento de o presidente Lula baixar um decreto regulamentando de que forma será a transferência de terras para o estado".

– Faço esse apelo para que o presidente baixe o decreto e, assim, se inicie o processo de regularização e de passagem de terras. O próprio Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] pode entregar os títulos a trabalhadores, empresários e ocupantes de terras produtivas. Essa solução é importante para o desenvolvimento do estado – afirmou Jucá.

## Eduardo critica governador do TO



Eduardo

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) ocupou a tribuna, ontem, para denunciar novamente o governador do Tocantins, Marcelo Miranda (PMDB), por prática de nepotismo e assistencialismo eleitoral.

Segundo o senador, o governador empregou a maioria dos seus parentes no governo, oferecendo a eles diversos cargos de direção e assessoramento superior. O fato, a seu ver, tem causado prejuízos visíveis à administração do estado, uma vez que, para proceder a tais nomeações, Marcelo Miranda afastou pessoal de carreira do funcionalismo estadual.

## Etno-ópera no Senado Federal

Será apresentado no Senado Federal, nesta semana, o musical *Ponte entre Povos*, que celebra a união entre o universo indígena e a música clássica. O espetáculo reúne índios, estudantes da Escola de Música Walkíria Lima, de Macapá, e integrantes da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo. Uma versão compactada da chamada etno-ópera será exibida amanhã, às 11h, na Chapelaria do Congresso Nacional, com a participação especial do Coral do Senado. A versão completa será apresentada hoje, às 20h, na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional.

O senador João Capiberibe (PSB-AP), que teve a iniciativa de trazer o musical a Brasília, informou que o espetáculo já foi apresentado em Macapá e São Paulo, e deve ser levado a Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador.

# Municípios podem ter 10% da CPMF, Cide e Cofins

É o que prevê proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) que obriga a transferência para os municípios de 10% do produto da arrecadação proveniente das contribuições Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e de Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

De acordo com os cálculos utilizados pelo senador na justificativa da proposta, a União arrecadou em 2004 cerca de



**REPARTE** Osmar Dias quer que R\$ 13,5 bilhões sejam distribuídos entre prefeituras, por meio do FPM

R\$ 135 bilhões com essas contribuições. Tal valor geraria R\$ 13,5 bilhões a serem repartidos entre as prefeituras, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Osmar Dias argumentou, em discurso feito no Plenário ontem, que desde 1994 o governo

vem concentrando gradativamente recursos tributários sem reparti-los equitativamente entre estados e municípios. O senador lembrou que a Constituição dobrou as responsabilidades dos estados e municípios com os serviços públicos, retirando do Executivo federal tais atribuições.

Ele frisou ainda que, em muitos casos, os recursos a serem transferidos aos prefeitos têm que passar primeiramente pelos governadores, o que burocratiza o recebimento de dinheiro, principalmente para uso em transporte, saúde e infra-estrutura.

Ao pedir apoio aos senadores à aprovação da sua PEC, Osmar Dias sustentou que o Congresso tem a obrigação de fortalecer os municípios.

## Paulo Paim cobra medidas em benefício dos idosos

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a adoção de políticas públicas para que o Brasil se ajuste à realidade do processo irreversível de envelhecimento da população. Para fundamentar seu apelo, o senador citou pesquisa da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul sobre a mudança no perfil etário da população gaúcha, assinada pela especialista Maria de Lourdes Jardim.

Entre as medidas sugeridas por Paim, estão a criação de pro-

gramas de melhoria da qualidade de vida dos idosos, a inserção do tema nas instituições de ensino superior e a implantação de cuidados especiais que facilitem a vida dos idosos nas ruas, em casa e na sociedade.

Paim também defendeu o engajamento da população na luta para que o Estatuto do Idoso, originário de projeto de sua autoria, possa ser cumprido. Entre outras medidas, o estatuto estabelece que a prevenção e a manutenção da saúde do idoso



**LEGISLAÇÃO** Paulo Paim defende o cumprimento do Estatuto do Idoso, originário de projeto de sua autoria

sejam feitas em unidades geriatricas de referência e também que seja vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde por meio da cobrança de valores diferenciados.

## Bornhausen rejeita traficante em SC



Bornhausen

Jorge Bornhausen (PFL-SC) protestou contra a intenção do governo federal de transferir o criminoso Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, para uma cela da Polícia Federal em Florianópolis, conforme noticiou o jornal *Diário Catarinense*. De acordo com a notícia, a PF está gastando R\$ 35 mil para aumentar a segurança da sede da corporação, localizada numa avenida muito procurada por turistas.

– O governo federal não pode continuar tratando Santa Catarina deste jeito – protestou Bornhausen.

Ele apelou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que a transferência não seja concretizada.

## Valadares defende indústria têxtil

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) cobrou do governo salvaguardas à indústria têxtil nacional, que estaria amargando prejuízos com a entrada de tecidos chineses. A situação do setor começou a se complicar, adiantou o senador, com o fim das cotas à importação, em 2004.

Segundo Valadares, os empresários brasileiros sofrem concorrência desleal dos chineses, que produzem tecidos melhores graças a incentivos governamentais para a compra de equipamentos modernos. O senador disse que a disputa é acentuada por "um esquema de exploração de mão-de-obra" na China.



Valadares

## Iris de Araújo: Brasil não deve viver de CPIs



Iris de Araújo

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) fez um apelo à classe política, ao discursar em Plenário ontem, para que o Brasil não continue vivendo apenas em função de CPIs e de fatos extraordinários noticiados pela imprensa. Segundo ela, é preciso buscar soluções para problemas importantes da nação, como a precariedade dos sistemas de educação e de saúde e da malha rodoviária federal.

– Ao lado das ações que elucidam o esquema de corrupção, é preciso que prospere a discussão a respeito do "país do bem", das saídas e alternativas que nos devolvam a esperança e que reforcem os nossos sonhos – disse a senadora, frisando que não se pode permitir que prospere na sociedade o descrédito em suas potencialidades.

## Crivella pede liberação de verbas orçamentárias

Marcelo Crivella (PL-RJ) reclamou da demora do governo federal em liberar verbas orçamentárias vinculadas a emendas que ele apresentou em favor do Ministério das Cidades.

O senador queixou-se ainda da defesa, pelo deputado Delfim Netto, de meta de superávit primário de 6% do produto interno bruto (PIB) para 2006. A medida, na sua opinião, irá promover ainda mais recessão no país.

– Só o completo desprezo pela democracia pode explicar por que o grande desenvolvimentista do regime militar tornou-se o pregoeiro da estagnação e da contração econômica do governo Lula – afirmou.

Crivella disse que quem insiste na atual política econômica quer uma piora da crise social e do caos político. Isso porque a contínua ampliação da meta de superávit inviabilizaria a retomada de investimentos públicos em obras e no crescimento econômico do país.

## César Borges critica trabalho da CGU

César Borges (PFL-BA) fez pesadas críticas ao trabalho da Controladoria Geral da União (CGU), que "até hoje não foi capaz de descobrir uma irregularidade mínima do governo do PT", limitando-se a fiscalizar prefeituras de partidos adversários. O parlamentar sustentou que a ascensão do ex-ministro Waldir Pires à direção da CGU significou uma guinada nos trabalhos do órgão, criado para fiscalizar o próprio governo federal.

– Como ela nunca soube das irregularidades envolvendo órgãos do governo, o PT e o empresário Marcos Valério? O que ela fez depois que se descobriu tudo? – questionou.



César Borges



## Assembléia de Deus faz 90 anos em RR



Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou os 90 anos de presença da Assembléia de Deus em Roraima, iniciada com a chegada, ao estado, do cearense Cordolino Teixeira Bastos. Na época, Roraima era a Vila de Rio Branco, um município do estado do Amazonas.

O irmão Bastos, como ficou conhecido, era discípulo dos missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren. Fixou residência na Ilha de Maracá, na fazenda Altamira, onde trabalhava na roça e à noite realizava cultos. Perdeu quatro filhos e a mulher vitimados pela malária. O irmão Bastos morreu aos 77 anos. A Assembléia de Deus começou sua organização

## Paim quer ajuda para desabrigados

Ao registrar que fortes ventos atingiram vários municípios do Rio Grande do Sul, entre eles Bagé, Candiota e Santana do Livramento – onde também ocorreu chuva com granizo –, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu à Defesa Civil estadual e federal que adote medidas para minimizar o sofrimento das famílias atingidas. Ele informou que a tendência é que os ventos se intensifiquem hoje e amanhã.

– O tornado com vento de até 110 quilômetros por hora e as chuvas fortes com granizo provocaram o destelhamento de casas, a derrubada de postes de energia elétrica e de árvores – disse o senador, acrescentando que a destruição foi maior no município de Muitos Capões, onde há muito feridos e desabrigados.

## Zambiasi: sucesso da Expointer



Zambiasi

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) registrou ontem o sucesso da feira Expointer 2005, que está sendo realizada em Esteio, no Rio Grande do Sul, até 4 de setembro, apresentando as últimas novidades dos setores agropecuário e agroindustrial. De acordo com o senador, a expectativa dos organizadores é de que a feira se consagre como o início da recuperação da economia gaúcha.

Neste ano, a venda de animais durante o evento deve superar os R\$ 3 milhões contabilizados na última edição da feira, informou o senador, acrescentando que o número de animais inscritos, quase 6 mil, também bateu recorde.

# Polêmica sobre criação do Serviço Nacional de Saúde

## Audiência pública promovida pela CAS ouve representantes de confederações

Em debate promovido ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, representantes da Confederação Nacional da Saúde e da Confederação Nacional do Comércio divergiram sobre a necessidade da criação do Serviço Nacional da Saúde (Sess) e do Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass) proposta em projeto (PLS 131/01) de autoria do então senador Geraldo Althoff. A audiência pública foi solicitada pelo relator do projeto, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

O presidente da Confederação Nacional da Saúde, José Carlos Abraão, ironizou o fato de os representantes da Confederação Nacional do Comércio lutarem por manter um serviço



**SUBSÍDIO** Na reunião presidida por Antônio Carlos Valadares (C), confederações divergem sobre necessidade de novos serviços

que produz um déficit de mais de R\$ 130 milhões ao ano. De acordo com os números divulgados pelo presidente da Confederação Nacional do Comércio, Luiz Gil Siuffo Pereira, o Sesc arrecada por ano cerca de R\$ 62 milhões do setor saúde e gasta R\$ 198 milhões com treinamento e assistência à saúde dos associados da área.

Ao final da reunião, presidida pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a comissão aprovou requerimento do senador Sérgio Guerra para que as entidades da Confederação

Nacional do Comércio – Sesc e Senac – enviem informações detalhadas sobre a origem dos recursos gastos na área da saúde. A especificação do objetivo de todas as despesas também foi solicitada no requerimento.

À Confederação Nacional da Saúde, Sérgio Guerra solicitou um programa detalhado das ações previstas para o Senass e o Sess, entidades que serão criadas, caso o projeto seja aprovado. Os senadores Augusto Botelho (PDT-RR) e José Maranhão (PMDB-PB) também participaram dos debates.



**EXPECTATIVA** Ao lado de Marcelo Crivella, embaixador Manoel Gomes Pereira (E) fala à CPI da Emigração Ilegal

## Inglês farão audiência sobre caso Jean Charles

Será realizada em Londres, em 23 de fevereiro, audiência pública para a discussão do relatório com o resultado das investigações da comissão independente formada pelo governo inglês que apura as circunstâncias do assassinato do brasileiro Jean Charles de Menezes. A informação foi prestada ontem à CPI Mista da Emigração Ilegal pelo embaixador Manoel Gomes Pereira, líder de comitiva enviada a Londres pelo governo brasileiro para acompanhar denúncias em torno do crime, cometido por policiais que investigavam suspeitos de terrorismo.

O relatório será também encaminhado ao Ministério Público daquele país, que então decidirá se abre processo penal. Nesse momento, acredita o embaixador, os representantes brasileiros poderão ter acesso ao conteúdo das investigações conduzida pela nova comissão, criada após a repercussão do caso Jean Charles, para apurar denúncias contra a polícia em decorrência de mortes de pessoas por causas não naturais.

– O caso Jean Charles será o batismo de fogo da comissão – afirmou Manoel Pereira.

## Suplicy elogia trabalho do Ministério do Esporte

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem o trabalho realizado pelo Ministério do Esporte no sentido de reverter o quadro de exclusão social, que abrange cerca de 21% da população. De acordo com o senador, o ministério está dirigindo suas ações não somente para a atividade de alto rendimento, mas também no sentido de utilizar o esporte para tornar crianças, jovens, adultos e idosos “verdadeiros cidadãos”.

Suplicy ressaltou que as iniciativas do ministério vêm despertando o interesse de outros países em realizar parcerias com o Brasil em programas como Segundo Tempo e Pintando a Liberdade. No programa Segundo Tempo, explicou Suplicy, cerca de 1 milhão de crianças matriculadas na rede oficial de ensino fundamental e médio têm a oportunidade de ampliar a permanência na escola, praticando esporte e recebendo reforço escolar e alimentação.

Já o Pintando a Liberdade realiza o trabalho de reinserção profissional de mais de 13 mil detentos. No programa, os presos aprendem a produzir material esportivo e ganham um dia de liberdade em troca de três trabalhos, informou o senador. Ele informou que este projeto já começa a se expandir para além da comunidade carcerária.



**PARCERIAS** Suplicy diz que iniciativas despertam interesse de outros países

## Pavan critica extinção de DRTs

Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou ontem contra decisão do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, de extinguir as delegacias regionais do Trabalho nas cidades de Tijucas, Brusque e Balneário Camboriú, em Santa Catarina. Para o senador, a medida contradiz toda a história de Marinho, que foi líder sindical.

Pavan informou que a população desses municípios está apreensiva com a iniciativa do ministério, já que essas cidades são importantes para Santa Catarina.



Leonel Pavan

## Lobão pede hospitais de câncer

Pedido para que o Ministério da Saúde providencie a instalação de hospitais de câncer no interior do Maranhão foi formulado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

Para destacar a importância dessa medida, Lobão citou dados da Associação de Amparo aos Pacientes de Câncer da Região Tocantina, segundo os quais 91% da população atingida pela doença não encontram condições recomendadas de atendimento no estado, exceto na capital, São Luís.

– Há populações no interior do estado que padecem de assistência e não têm condições financeiras, devido a sua pobreza, para se deslocar até a capital para serem atendidas – afirmou.



Edison Lobão

## Almeida Lima retorna ao PMDB

Almeida Lima (SE) anunciou seu retorno ao PMDB para exercer “uma oposição contundente”. afirmou que quer colaborar com o projeto do partido de assumir a Presidência da República.

Almeida Lima fez questão de lembrar que o partido combateu a ditadura militar e deve, agora, combater a corrupção.

– Irei me aliar aos novos autênticos e continuarei na oposição, embora votando a favor de projetos do governo em benefício da sociedade.

Em apartes, Almeida Lima teve sua atuação elogiada por Leonel Pavan (PSDB-SC), Demostenes Torres (PFL-GO), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).



Almeida Lima



# Projeto combate abusos contra o jovem aprendiz

**Iniciativa de Gerson Camata visa evitar uso do trabalho do menor como forma de reduzir custos da empresa**

Projeto de lei que regula o trabalho do adolescente recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), elaborado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). O objetivo da proposta é combater a exploração da mão-de-obra juvenil no país, que, muitas vezes, segundo o autor, senador

Gerson Camata (PMDB-ES), é utilizada em substituição ao trabalho dos adultos, para redução dos custos da empresa.

– Esse tipo de manobra dificulta a escolarização e a profissionalização adequada dos jovens brasileiros, comprometendo o seu futuro de forma indelével. O quadro social ganha contornos ainda mais graves diante da elevada taxa de desemprego hoje existente – afirmou Camata.

O projeto (PLS 226/03) altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Pela proposta, o horário do tra-

balho do menor será compatível com o da escola, não podendo exceder quatro horas diárias nem 20 semanais. As férias do trabalho devem coincidir com as férias escolares.

Segundo a proposição, somente poderão ser admitidos como aprendizes os jovens que tiverem concluído o primeiro grau ou ensino fundamental, ou possuírem conhecimentos mínimos necessários à preparação profissional e demonstrarem aptidão física e mental para o cargo. A matéria será votada, agora, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Aumenta ofensiva à pornografia infantil

O proprietário ou funcionário de laboratório fotográfico que deixar de comunicar à autoridade competente a revelação de foto contendo cena de pornografia ou de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente poderá ser punido com detenção de seis meses a dois anos. Projeto nesse sentido, de autoria de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), ao acatar parecer do relator, senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

A comissão aprovou ainda requerimento de iniciativa dos senadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) que solicita comparecimento do presidente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Valdir Moysés Simão, ao colegiado, para prestar esclarecimentos a respeito da “grave crise de atendimento” da autarquia aos segurados.



**PRERROGATIVA** Mudança em dispositivo do Estatuto do Idoso foi acolhida pela Comissão de Direitos Humanos, em reunião presidida por Juvêncio da Fonseca

## Idoso poderá optar por foro para julgamento de ações

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou projeto de lei que permite ao idoso indicar um foro diferente do de seu domicílio para que seja processada e julgada ação de que é parte. A proposta, de autoria do então senador Francisco Pereira (PL-ES), altera dispositivo do Estatuto do Idoso.

O relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), mencionou artigo do professor Flávio Luiz Yarshell, constante da justificativa da matéria, para mostrar que a obrigatoriedade de a ação correr no foro do do-

micílio do idoso é, por vezes, prejudicial a este. O professor afirma que “o local do dano é mais relevante que o domicílio do idoso para a determinação da competência, porque facilita a colheita de provas e, portanto, o exercício das funções a serem desempenhadas pelo juiz”.

Emenda de Edison Lobão exclui as ações de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, mantendo apenas as de interesses individuais indisponíveis. A proposta vai agora à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.



**ESTÍMULO** Fátima Cleide destaca importância da data para o desenvolvimento cultural da criança e do adolescente, bem como para incentivo às artes cênicas

## Aprovado o Dia Nacional do Teatro para a Infância

O Dia Nacional do Teatro para a Infância e a Juventude deverá ser celebrado no país em 20 de março, segundo projeto de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE).

Fátima Cleide afirmou, ao agradecer a aprovação, que “a criação dessa data nacional voltada à cultura e às artes é importante para o desenvolvimento de nossas crianças e de nossos jovens e representa mais um incentivo para o teatro nessa etapa da vida”. A matéria foi relatada pelo senador Aelton Freitas (PL-MG). O dia 20 de março foi escolhido, conforme a senadora, para coincidir com o Dia Mundial do Teatro para a Infância e a Juventude.

Também recebeu aprovação da CE, em decisão terminativa, projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que institui em 21 de setembro o Dia Nacional de

Conscientização da Doença de Alzheimer. O objetivo da proposta é “conscientizar a população brasileira sobre a importância da participação de familiares e amigos nos cuidados dispensados aos portadores da doença”.

Em seu voto favorável ao projeto (PLS 255/05), o relator da matéria, Papaléo Paes (PMDB-AP), lembra que, além do sofrimento e das dificuldades enfrentadas pelos portadores da doença, estes ficam muitas vezes isolados “pela desinformação e pelo preconceito”.

Outra instituição de data acolhida pela comissão foi o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria, a ser comemorado em 3 de dezembro. Oriundo da Câmara dos Deputados, o projeto (PLC 63/05) teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e será votado ainda pelo Plenário do Senado.

## Comissão bate recorde em votações, afirma Camata

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Gerson Camata (PMDB-ES), disse que foram aprovados pelo colegiado, no mês de agosto, cerca de 120 projetos. Camata admitiu que “fica um pouco irritado” quando ouve falar que os trabalhos do Senado Federal estariam paralisados em função das atividades das diver-

sas comissões parlamentares de inquérito atualmente em funcionamento no Congresso Nacional.

– O Senado está funcionando normalmente e nossa comissão, além de recordista na aprovação de matérias, ainda é a que mais deu quórum no período – afirmou o senador capixaba.

## CAE cria um grupo de trabalho para definir meio de acelerar as votações

Em um esforço para reduzir o estoque de projetos à espera de deliberação no colegiado, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai formar grupo de trabalho com até quatro senadores para selecionar as matérias menos polêmicas e

propor que sejam analisadas em reunião com debate mais ágil, mesmo com quórum reduzido. As votações serão realizadas de maneira simbólica, com dispensa à verificação de presença.

A decisão traduz a preocu-

pação dos senadores com o acúmulo de projetos na CAE, atualmente com dificuldades para garantir presença mínima de parlamentares em suas reuniões em virtude dos compromissos dos senadores com as comissões parlamentares

de inquérito dos Correios, do Mensalão e dos Bingos.

– Temos feito todo o esforço para conduzir normalmente nossos trabalhos, mas o momento é de caos total – comentou ontem o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-

PA), após o cancelamento da reunião, por falta de quórum.

A secretaria da CAE estima que existam cerca de 400 proposições tramitando na comissão, entre projetos de lei, requerimentos diversos e outras matérias.